



CÂMARA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS
Estado de Mato Grosso do Sul
CNPJ 15.905.565/0001-95

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 029 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2024 DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL.

I- Exposição da matéria

O presente parecer tem por objeto projeto de lei complementar nº 029 de 19 de novembro de 2024, de autoria do Prefeito Municipal que: *“Institui o mutirão da Conciliação Fiscal, para pagamento de débitos tributários nas modalidades previstas e dá outras providências”*.

O projeto foi lido e submetido a esta Comissão para o parecer.

II- Conclusões da Relatoria

A proposta pretende adotar medidas para a recuperação de créditos fiscais, de maneira a conceder redução no valor de juros e multa para aqueles que aderirem ao programa.

Conforme informado pelo Prefeito Municipal, através da Mensagem nº 028/2024, o projeto visa cumprir a um ajuste necessário ao que foi definido pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 1184 de repercussão geral) e o Conselho Nacional de Justiça (Res. 547 CNJ) em relação às execuções fiscais, de maneira que foi encaminhado ao Município pelo Juízo da Vara de Execução Fiscal Municipal do Interior o Ofício Circular n. 003/2024, no qual o Juízo noticia ao Município que está lançando despacho nas execuções fiscais distribuídas após 22/02/24 (data da Resolução do CNJ), concedendo **prazo de 90 dias para que o Município se adeque aos novos parâmetros, em especial, para: I — previamente ao ajuizamento das execuções fiscais, passem a comprovar uma notificação pessoal (adicional) posterior à inscrição do débito na Dívida Ativa oportunizando conciliação (oferta de oportunidade para pagamento prévio ao ajuizamento inclusive por meio de opção de parcelamento, a ser requerido); II previamente ao ajuizamento das execuções fiscais, seja realizado o protesto da C.DA.**



CÂMARA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS
Estado de Mato Grosso do Sul
CNPJ 15.905.565/0001-95

Assim, o REFIS vem ao encontro da tratativa de conciliação antes do ajuizamento das execuções, como condição de procedibilidade. Além disso, espera-se que o incremento corresponda às adesões espontâneas compense automaticamente as inadimplências que só seriam potencialmente recebidas após alguns anos, mediante processos judiciais, quando alcançados valores e alçada mínimos para justificar o manejo de medidas judiciais.

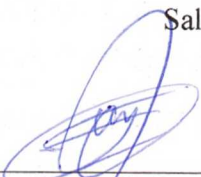
De qualquer maneira, para não restar dúvidas quanto ao projeto, foi encaminhado à Prefeitura Municipal o Ofício GAB 143/2024 do vereador Manoel da Paz Santos, o que foi respondido através do Ofício nº 285/2024 pelo Prefeito Municipal, conforme documentos anexos a esse ofício, de modo que foram sanadas as dúvidas pertinentes.

Desta forma, ao que cumpre esta comissão analisar, não vislumbramos impedimentos para a aprovação do presente projeto de lei, uma vez que não aumentará os gastos do Município, pretendendo promover a arrecadação tributária, bem como a conciliação, antes do ajuizamento das execuções fiscais.

III- Decisão da Comissão

Ante as conclusões da relatoria, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de lei complementar nº 029 de 19 de novembro de 2024 de autoria do Prefeito Municipal. É o nosso parecer.

Sala de sessões da Câmara Municipal – 25 de novembro de 2024.




Edmilson Prates de Souza
Relator
Comissão de Finanças e Orçamento.

De acordo.

AUSENTE

Manoel da Paz Santos
Presidente
Comissão de Finanças e Orçamento



Paulo de Figueiredo
Membro
Comissão de Finanças e Orçamento